

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras é livre para definir preços, diz Castello Branco.....	2
Título: Bolsonaro acerta com cúpula do Congresso proibição de taxaço de energia solar..	4
Título: País tem espaço para construção de refinarias, diz diretor da ANP.....	6
Título: Produção de petróleo segue em queda.....	8
Título: Brasil e Irã na batalha do petróleo.....	9
Título: Risco de confronto no Iraque eleva temor com petróleo	12
Título: Vale tem vários desafios a vencer para superar caso de Brumadinho	14
Título: Destaques	18
Título: Expansão da demanda de energia ainda não cria riscos	18
Título: Cemig contrata banco para vender sua participação de 21,7% na Taesa	21
Título: Atlantic Nickel vai fazer primeiro embarque de produção de níquel.....	21
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	22
Título: Governo avalia compensar alta de petróleo	22
Título: Estados querem vender de empresas a mirante e zoológicos	24
Título: » Camisa 10.	26
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Governo quer usar ICMS contra alta da gasolina	26
Título: Bolsonaro rejeita, mas equipe de Guedes quer fim de subsídio da energia solar ...	28
Título: Crise em potencial	31
VEÍCULO: O Globo.....	32
Título: Bolsonaro diz que Congresso proibirá taxaço de energia solar	32
Título: Governo avalia ‘colchão’ para compensar alta do petróleo	34

Título: BNDES está próximo de vender participação acionária na Petrobras	37
Título: Em 2019, álcool aumentou 20% e gasolina, 3,8%	37
Título: Bolsa tem queda de 0,7%, e dólar sobe 0,15%, a R\$ 4,06	39
Título: Risco da mudança da política externa	40
Título: Investidores minimizam breve alta do petróleo	42
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	43
Título: Brasil avalia compensar alta do petróleo.....	43
Título: Preços caem no DF.....	45
Título: Irã cobra explicações.....	47
Título: Aneel suspende a análise de taxaço	48

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Mariana Ribeiro e Matheus Schuch — De Brasília

Título: Petrobras é livre para definir preços, diz Castello Branco

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou ontem que inexistia pressão sobre a política de preços da estatal, apesar das incertezas causadas no mercado pelo ataque americano que matou o general iraniano Qassem Soleimani no Iraque. A declaração foi feita em Brasília, após reunião com o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e o próprio presidente Jair Bolsonaro.

“Eu não recebi, em nenhum momento, pedido, pressão ou sugestão, nem do almirante Bento nem do presidente Bolsonaro para baixar o preço. Existe liberdade total, na prática, para o preço de qualquer derivado de petróleo”, afirmou após encontro para debater o possível aumento no preço dos combustíveis.

Mais cedo, Bolsonaro já havia descartado qualquer interferência na política de preços da estatal. “Querem que eu table. Não tem como tabelar. Nossa política não é essa. Políticas semelhantes no passado não deram certo.”

Em entrevista a jornalistas após a reunião, Albuquerque afirmou que a situação no Oriente Médio, com o possível agravamento da tensão entre EUA e Irã, requer acompanhamento. Ponderou, no entanto, que o governo já vem estudando há alguns meses medidas para minimizar os efeitos de crises externas no preço dos combustíveis. A ideia, explicou, é que o país “não fique refém de cada crise de petróleo”.

Segundo o ministro, a reunião para análise conjuntural já estava marcada desde antes do Natal. No entanto, após o ocorrido no Iraque, o presidente Jair Bolsonaro decidiu participar.

Albuquerque evitou dar mais detalhes sobre as medidas estudadas, mas disse que é preciso pensar em mecanismos “que compensem aumentos [nos preços] sem alterar o equilíbrio econômico do país”. Questionado sobre a utilização de subsídios, disse que a palavra mais adequada seria “compensação”.

“Não sei como isso será feito, se será com impostos. Certamente não vamos procurar esse caminho para não onerar mais ainda. Mas se há maior receita talvez possa haver uma compensação a partir disso. Esse é um dos instrumentos que estão sendo analisados”, afirmou.

Segundo ele, as medidas não dependem apenas do ministério, mas também de outras pastas, do Congresso e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). “Já temos uma série de alternativas e vamos ver como isso será implementado paulatinamente, com o cuidado necessário”, disse. Albuquerque defendeu que, com “políticas adequadas”, o país terá a capacidade de dar segurança ao mercado, investidores e consumidores.

O ministro acrescentou que, no momento certo, essa discussão deverá ser levada também aos governadores. Ontem, Bolsonaro voltou a destacar o impacto dos impostos estaduais sobre o preço dos combustíveis.

“Aproximadamente um terço do preço final do combustível são impostos estaduais, o ICMS. Esse é um problema que nós temos, e os governadores, com problemas de caixa, não deixam de cada vez mais buscar aumentar sua receita”, argumentou.

Apesar da preocupação com a escalada das tensões entre Estados Unidos e Irã, o presidente afirmou que o cenário não deve atrapalhar a recuperação da economia brasileira e que o preço dos combustíveis deve se estabilizar. Ele

admitiu, no entanto, que o preço final para o consumidor é alto e importante na composição da inflação.

Na mesma linha, Castello Branco disse achar “pouco provável que uma crise política acabe causando uma crise econômica”. “O polo dinâmico da produção de petróleo não é mais a Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo], são os países fora da Opep e principalmente os Estados Unidos”, disse. Para ele, o país norte-americano têm capacidade de reagir rapidamente aos preços, o que reduz a possibilidade de os preços se manterem altos por um longo período.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/01/2019

Seção: Política

Autor: Por Rafael Bitencourt, Raphael Di Cunto, Matheus Schuch, Marcelo Ribeiro e Mariana Ribeiro — De São Paulo

Título: Bolsonaro acerta com cúpula do Congresso proibição de taxaço de energia solar

O presidente Jair Bolsonaro tomou partido pela manutenção dos subsídios à energia solar produzida por painéis na própria residência dos consumidores - conhecida tecnicamente como geração distribuída (GD) - e acertou com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a aprovação de projeto para impedir a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de reduzi-los. A posição contraria seu próprio Ministério da Economia.

A agência discute há meses um modelo de taxaço da energia solar residencial, iniciativa que tem posto em lados opostos as distribuidoras de energia e a indústria de painéis solares. Hoje, as residências com painéis recebem descontos na conta de luz com os créditos acumulados com a sobra de energia “devolvida” na rede da distribuidora local e não pagam uma série de encargos. A resolução que criou esses incentivos já dizia que haveria uma revisão no fim do ano passado.

A Aneel justifica a mudança dizendo que subsídio acaba favorecendo os mais ricos, mas é pago por todos os demais consumidores, e que se continuar crescendo no mesmo ritmo atual levará a um desequilíbrio ainda maior no rateio dos custos do sistema. As projeções da agência indicam que o peso anual do incentivo alcançará R\$ 1 bilhão em 2021. Até 2035, os demais consumidores terão pago um valor acumulado entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões para manter isso.

No domingo, Bolsonaro já tinha anunciado que a Aneel é independente, mas que defenderia o atual modelo. Ontem, ele afirmou a jornalistas que não deve mais esperar por uma decisão da agência reguladora. “Está definido, está sepultado qualquer possibilidade de taxar energia solar”, afirmou, se valendo do principal argumento usado nas redes sociais. A campanha que ganhou fôlego na internet defende que não se trata de reduzir subsídio, mas de “taxar o sol”. “Tá uma comoção nacional sobre taxar energia solar”, afirmou. “A nossa posição é tarifa zero.”

O presidente disse que Alcolumbre e Maia apoiam a medida para incentivar a energia limpa. “Talvez nem precise de nada e a própria Aneel se conscientize de que esta fonte de energia tem que ser estimulada pelo governo [e] não [atenda aos interesses de] grupos lobistas de transmissão de energia que trabalham dentro da Aneel para taxar”, reforçou. Os presidentes das duas Casas defenderam, em suas redes sociais, impedir a taxaço pela Aneel.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o governo criará política pública para o setor. “Isso será feito nos primeiros meses do ano. A expectativa é que a tramitaço do projeto, de iniciativa do Congresso, aconteça até abril”, disse.

Há diferentes propostas no Congresso para os subsídios. Na Câmara, elas devem ser discutidas juntas na volta do recesso, em fevereiro. Ainda não há, porém, uma posição consensual. O deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), presidente da Comissão de Minas e Energia, por exemplo, apresentou proposta para garantir, em lei, o subsídio integral. “O substitutivo ao meu projeto já atende o que todo mundo está falando. Deve ser aprovado na primeira sessão da comissão”, afirmou. A decisão, contudo, caberá ao futuro presidente do colegiado, que será eleito em fevereiro.

Já o deputado Lafayette Andrada (Republicanos-MG), relator do projeto de Código Brasileiro de Energia, negocia com o governo uma proposta para manter os incentivos por dois ou três anos, mas levar a uma taxaço gradual que atingirá 25% em dez anos. “É um valor que o mercado acha razoável, que todo mundo aceita. A Aneel trabalhava com taxaço de 62%. Quebraria o setor”, disse.

Por outro lado, técnicos da Aneel e pareceres do Ministério da Economia defendem acabar com o subsídio. Há cinco anos, dizem, a recuperação do investimento (payback) na compra e instalação dos painéis ocorria em sete anos por causa dos descontos tarifários. Esse prazo caiu com a chega de novos fabricantes, o que reduziu em 45% do preço de aquisição dos equipamentos e levou a um retorno do investimento em quatro anos e meio. A partir daí, o proprietário passa a lucrar com os painéis.

A Aneel defende que, mesmo com a redução dos subsídios, o investimento estaria pago em seis anos e meio e que a nova regra, se aprovada, valeria apenas para as novas adesões. Para os atuais proprietários, nada mudaria até 2030. O custo anual dos subsídios já supera R\$ 200 milhões anuais, diz a agência.

Já Andrada argumenta que os atuais painéis instalados em residências evitaram gasto adicional de R\$ 68 milhões com fontes de energia mais poluentes apenas em novembro de 2019. “A energia solar é mais barata, limpa e renovável e acaba, na verdade, por diminuir a conta de todo mundo ao reduzir os gastos com termoeletricas”, disse o deputado. A fala de Bolsonaro também foi comemorada pelo setor. Para o grupo SOS Geração Distribuída, composto por empresas do segmento, a posição “esvaziou” a proposta de criar um “imposto sobre trocas energéticas”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Por Rodrigo Polito — Do Rio

Título: País tem espaço para construção de refinarias, diz diretor da ANP

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vê espaço para a construção de refinarias no Brasil no futuro. Segundo o diretor-geral da autarquia, Décio Oddone, a potencial expansão do parque de refino brasileiro em longo prazo se deve ao déficit na balança comercial de combustíveis do país.

De acordo com dados da agência, a importação de gasolina A (produzida nas refinarias, antes da adição do etanol anidro) respondeu por 11% das vendas internas do produto em 2018, de 28 bilhões de litros. No caso do óleo diesel antes da adição do biodiesel, a dependência externa foi ainda maior, de 23%, considerando um total de vendas internas de 50,2 bilhões de litros. E, em relação ao gás liquefeito de petróleo (GLP, conhecido como gás de cozinha), o volume importado respondeu por 33% das vendas totais, de 13,3 bilhões de litros. Os dados consolidados do mercado de combustíveis em 2019 devem ser divulgados ainda no primeiro trimestre deste ano.

O Brasil possui atualmente um total de 17 refinarias, com capacidade de processamento de aproximadamente 2,3 milhões de barris diários de petróleo. A Petrobras responde por 98% do mercado de refino brasileiro.

Para garantir a expansão do parque de refino do país, Oddone entende que é preciso manter a paridade de preços com o mercado internacional de combustíveis. “Para construir refinarias, tem que haver investimentos. E, para haver investimentos, tem que haver atratividade. O preço tem que ser internacional. Não vejo como que fugir dessa lógica”, disse o diretor ao **Valor**.

Antes de uma expansão da capacidade de refino no Brasil, porém, os movimentos em curto e médio prazos deverão ser de aquisições de unidades já em operação no país, no âmbito do plano de desinvestimentos da Petrobras. A companhia colocou oito refinarias à venda, responsáveis por uma capacidade de processamento de 1,1 milhão de barris diários de petróleo.

O primeiro pacote engloba as refinarias Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco; Landulpho Alves (RLAM), na Bahia; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul. A Petrobras espera receber as ofertas vinculantes de compra desses empreendimentos em março.

Em dezembro de 2019, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, contou que, durante a etapa de ofertas não vinculantes, a estatal recebeu cerca de cinco propostas por refinaria.

O segundo grupo de ativos envolve as refinarias Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas; Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará; e Unidade de Industrialização do Xisto (Six), no Paraná.

Nos últimos anos, a expansão do parque de refino brasileiro estava baseada na implementação do segundo trem (etapa) da Rnest e na construção da refinaria do Comperj, no Rio de Janeiro. Os dois projetos, no entanto, foram cancelados pela Petrobras. No caso do Comperj, a estatal abandonou o projeto e trabalha agora com a possibilidade de construção de um parque termelétrico na região.

Com relação ao segundo trem da Rnest, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê o início de operação do projeto em 2024. A estimativa está contida na versão preliminar do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029.

Decidida a vender o empreendimento, porém, a Petrobras não incluiu em seu plano de negócios e gestão 2020-2024 investimentos para a implementação do segundo trem da refinaria pernambucana. A unidade opera hoje com capacidade para processar 130 mil barris diários de petróleo. A adição da segunda etapa permitiria dobrar essa capacidade.

Segundo Oddone, um eventual cenário de autossuficiência de combustíveis no país no futuro também favorecerá um efeito estrutural de redução de preços dos derivados de petróleo. Nesse caso, em vez de praticar a paridade de importação, que é um valor com ligeiro aumento em relação ao do golfo do México, por incluir os custos de transporte, o Brasil passaria a utilizar a paridade de exportação dos derivados. Na prática, o preço de paridade de exportação é inferior ao valor no golfo do México, porque não tem os custos de entrega.

“Essa seria a maneira estrutural de trazer o preço do derivado para baixo. Mas para isso precisamos construir refinarias”, completou o diretor-geral da ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/01/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata — De São Paulo

Título: Produção de petróleo segue em queda

Em meio à pior crise econômica de sua história, a Venezuela vê a produção de petróleo despencar. O país, que produzia em média 1,3 milhão de barris diários em 2018, hoje vem produzindo somente 697 mil de barris/dia, segundo dados da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

A Venezuela tem as maiores reservas de petróleo do mundo, mas produz hoje menos que Brasil e Colômbia e vem caindo para perto da produção do Equador.

Com base em informações de fontes secundárias, o relatório mensal da Opep de dezembro informa que a Venezuela passou de uma produção de 1,9 milhão de b/d em 2017 para 1,3 milhão de b/d em 2018. Nos três primeiros trimestres de 2019, a produção média foi de 821,6 mil b/d. Em outubro caiu para 685 mil b/d, e em novembro subiu para 697 mil b/d.

O uso de navios-tanque disfarçados, para burlar sanções dos EUA, e a retomada das importações de petróleo venezuelano pela Índia explicam parte desse leve aumento, afirma Carlos de Sousa, da consultoria Oxford Economics.

Já a produção do Brasil, segundo a Agência Nacional de Petróleo, passou de uma média de 2,68 milhões de b/d, em 2018, para 2,9 milhões b/d neste ano.

A Colômbia também aumentou a sua produção, de 864,2 mil b/d em 2018 para 882,6 mil b/d atuais, segundo a Agência Nacional de Hidrocarbonetos colombiana. O Equador, segundo a Opep, produziu em média 519 mil b/d em 2018 e 530 mil b/d neste ano.

A perspectiva, segundo Sousa, é que a produção venezuelana caia para abaixo da do Equador em 2020, indo a 500 mil b/d.

“Vários fatores influenciaram a queda na produção da Venezuela neste ano”, afirma Schreiner Parker, vice-presidente para a América Latina da consultoria Rystad Energy. “Inclusive as sanções dos EUA, que levaram a uma queda de quase dois terços das importações de gasolina e diluentes usados para transportar o petróleo extrapesado da Venezuela.”

O colapso da produção resultará em uma queda de 43% nas exportações de petróleo do país em 2019 e de 51% em 2020, diz Sousa.

Como mais de 90% da receita do país vêm da exportação de petróleo, a falta de dívidas fez com que as importações da Venezuela caíssem cerca de 60% nos três primeiros trimestres de 2019. Em 2020, essa queda deve continuar, apontam as estimativas de Sousa.

Com isso, o PIB deve contrair-se 36% em 2019 e 16% neste ano, segundo a Oxford Economics.

A recuperação da economia venezuelana no curto prazo depende da recuperação da indústria petroleira, afirma o economista José Toro Hardy, ex-diretor da estatal petroleira PDVSA.

Ele afirma que a queda acentuada da produção é explicada por falta de investimentos ao longo das duas últimas décadas, e que seriam necessários entre US\$ 25 bilhões e US\$ 30 bilhões anuais pelos próximos dez anos para recuperar a produção de 20 anos atrás - de 2,8 milhões de b/d.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Luiz Gonzaga Belluzzo

Título: Brasil e Irã na batalha do petróleo

Nos tempos das sabedorias das redes antissociais, seria imprudente indagar dos acontecimentos no mundo do petróleo nos idos de 1953.

Meu otimismo, no entanto, imagina que seria possível confiar na memória de alguns brasileiros, aqueles que, porventura, tenham sobrevivido aos 75 anos. Esses senhores, talvez, sintam ecoar as vozes inflamadas do Repórter Esso no dia 3 de outubro de 1953. Sempre “o primeiro a dar as últimas”, o locutor anunciava a assinatura da Lei 2004 de criação da Petrobras.

Golpe que apeou o primeiro-ministro do Irã em 1953 visava reverter a nacionalização da Anglo-Iranian Oil

Em sua magnífica biografia de Getúlio Vargas, Lira Neto conta o episódio que mereceu o ribombar das exclamações do Repórter Esso. Peço licença para usá-lo com e sem aspas. “Rodeado por todos os assessores, sentado à mesa negra de jacarandá do gabinete de despachos, molhou a pena no tinteiro e assinou a lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953. Depois de 22 meses de tramitação na Câmara e no Senado, justamente quando o governo se via imerso em uma aguda crise política, estava criada, em caráter oficial, a maior empresa nacional de todos os tempos, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.”

Lira Neto prossegue em sua digressão e sustenta que a data não fora escolhida por acaso. “O simbolismo estava evidente. Getúlio fizera coincidir a sanção do projeto, aprovado em definitivo e remetido pelo Congresso no final de setembro, com o aniversário do estopim da Revolução de 1930.” Após a solenidade, o presidente falou ao microfone instalado no palácio, pronunciando um discurso que seria retransmitido para todo o país, pela Voz do Brasil.

O Correio da Manhã classificou a Petrobras como uma “aventura de nacionalistas rasteiros” que defendiam “monstruosidades como o monopólio estatal petrolífero”. “Já não dispomos de tempo para experiências que estão sempre sujeitas a fracassar”, argumentou o Correio, que comparava o Brasil a uma casa entregue ao fogo. “Que diríamos de um indivíduo que, diante de sua residência em chamas, passasse a exigir carteiras de identidade e atestados de boa conduta dos transeuntes que se prontificassem a ajudá-lo a debelar o incêndio?”, indagava

“Esse projeto não constitui apenas um entrave à solução do problema do petróleo; significa fechar as portas ao capital estrangeiro”, declarou aos Diários Associados o senador udenista (CE) Plínio Pompeu, que seguia o mesmo raciocínio e discordava do apoio de seu partido à aprovação da matéria. “[A Petrobras] é um convite para que se retirem do Brasil os que colaboram conosco. A culpa é do governo, que não teve coragem de resistir à onda comunista e nos deu esse projeto horrível que aí está”, avaliou o político. “O nacionalismo tacanho levará ao fracasso, dentro de um ano, no máximo, a exploração de petróleo no Brasil.”

Getúlio não teve vida boa. Desde a sua eleição, em 1950, até o suicídio, em 24 de agosto de 1954, enfrentou as manobras da oposição que urdia suas habituais e tediosas maquinações para “melar o jogo”, sempre, é claro, em nome da democracia. Primeiro, tentaram impedir sua posse com a tese esdrúxula e oportunista da maioria absoluta, tese não consagrada na Constituição. (Getúlio obteve 48% dos votos). Depois, cuidaram de imobilizar o governo. A

agressividade do establishment civil e militar - sempre turbinada pelos esgares da imprensa livre e independente - exacerbou-se no início de 1954 quando Vargas comunicou o envio da Lei de Lucros Extraordinários ao Congresso.

Outro evento petroleiro ocorreu no Irã em 19 de agosto de 1953. O Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos liberou, em 2013, documentos que registram as façanhas da CIA no Irã. "O golpe militar que derrubou Mohammed Mossadegh e o governo da Frente Nacional foi realizado sob direção da CIA como um ato de política externa norte-americana"

A CIA usava e usa criptônimos para identificar operações clandestinas, tal como o golpe que em 1953 apeou o Primeiro-Ministro iraniano Mohamed Mossadegh. Ajax foi o criptônimo atribuído à operação. Essa empreitada aliou o Xá do Irã, Rezha Palevi. Winston Churchill, Anthony Eden com o presidente Eisenhower, John Foster Dulles e a Agência Central de Inteligência dos EUA.

A ideia da Ajax veio da Inteligência Britânica depois de baldados esforços junto a Mossadegh para reverter a nacionalização da Anglo-Iranian Oil Company (AIOC). A motivação britânica era simplesmente recuperar a concessão de petróleo da AIOC.

No livro *Patriot of Persia*, Christopher Bellaigue registra o "arrependimento" americano. "Anos mais tarde, os Estados Unidos reconheceriam que, ao derrubar Mossadegh, cometeram erro terrível, pois sufocaram valores que simpatizavam com os seus. Em 2000, Madeleine Albright, secretária de Estado de Clinton, reconheceu que, em 1953, os Estados Unidos desempenharam um "papel significativo na orquestração da derrubada do popular primeiro-ministro iraniano, Muhammad Mossadegh", e que isso tinha sido claramente "um revés para o desenvolvimento político do Irã".

Bellaigue traça o perfil de Mossadegh e o retrata como o primeiro líder liberal do Oriente Médio moderno. "Era um racionalista que odiava obscurantismo e acreditava na primazia da lei. Sua compreensão da liberdade foi excepcional no Irã e em toda a região. Na verdade, o Ocidente teria gostado mais dele se ele tivesse sido menos comprometido com a liberdade." Ele não recuaria de sua demanda por independência econômica para atender Grã-Bretanha. Ele não prenderia comunistas para agradar Washington. O plano para derrubá-lo fez um grande dano aos interesses ocidentais.

Para Bellaigue, o episódio Mossadegh foi o início de uma política dos EUA em apoio aos déspotas de má qualidade do Oriente Médio. A lógica desta política era assim: "Os orientais não podem ser entregues à independência e à liberdade; homens fortes, pró-americanos oferecem a melhor esperança de

estabilidade.” Saddam Hussein era um homem forte. Hosni Mubarak também. A galeria dos déspotas é longa e bem fornida.

Essa política sofreu sua primeira derrota em 1979, quando os revolucionários islâmicos do Aiatolá Khomeini derrubaram o Xá. Khomeini revelou distância das ideias de Mossadegh "Não estamos interessados em petróleo", anunciou, logo após seu retorno triunfante do exílio. “Queremos o Islã”. Quanto à democracia de estilo ocidental, equivale a "a usurpação da autoridade de Deus para governar".

Olho no lance!!!

Luiz Gonzaga Belluzzo, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, foi incluído entre os 100 maiores economistas heterodoxos do século XX no Biographical Dictionary of Dissenting Economists.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/01/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Risco de confronto no Iraque eleva temor com petróleo

Os compradores de petróleo da Ásia estão cada vez mais preocupados com os possíveis danos colaterais à produção do Iraque em meio à escalada na tensão entre os EUA e o Irã. O segundo dia de funeral do general Qassem Soleimani foi marcado por novas promessas de vingança contra os EUA. Washington, por sua vez, ordenou que uma força anfíbia de 4.500 homens fique de prontidão para dar apoio às operações no Oriente Médio.

Ao menos cinco compradores de petróleo iraquiano - da China a Índia - disseram que problemas na produção do país seriam particularmente desafiadores por causa da oferta já restrita do petróleo exportado pelo país, segundo pessoas a par das preocupações dos compradores, que pediram para não serem identificadas, ouvidas pela agência Bloomberg.

Embora não exista uma ameaça ainda material à produção de petróleo do Iraque, o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou impor pesadas sanções contra o país se o governo decidir seguir uma votação do Parlamento e expulsar as forças estrangeiras de seu território. As sanções econômicas americanas contra o Irã já reduziram as exportações de petróleo da República Islâmica para

menos de 300 mil barris por dia no fim de 2019, de um volume de 2,3 milhões de b/d no início de 2018.

O Iraque aumentou a produção em 50% nos últimos cinco anos e está entre os fornecedores mais confiáveis do Oriente Médio para a Ásia. Mas a crescente percepção de que o Iraque será o campo de batalha num confronto EUA-Irã já está levando empresas e países a retirar seus cidadãos do país - o que pode comprometer a produção.

A Chevron, por exemplo, anunciou ontem que está retirando os funcionários estrangeiros de seus campos na região do curdistão, no norte do Iraque, como “uma medida de precaução”, segundo informou um porta-voz da companhia.

O presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, ordenou aos militares que preparem um plano de emergência para evacuar milhares de filipinos que trabalham no Irã e no Iraque, caso estoure um confronto entre EUA e Irã. A Coreia do Sul também está discutindo preparativos semelhantes para seus cidadãos na região.

Também entre as forças militares estrangeiras no Iraque, a segurança passou a ser a principal preocupação. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar do Ocidente) está suspendendo seu programa de treinamento das tropas iraquianas, anunciou ontem seu secretário-geral, Jens Stoltenberg. “Estamos tomando medidas para proteger nosso pessoal.”

A coalizão liderada pelos EUA no Iraque e na Síria para combater o Estado Islâmico também informou que está suspendendo suas atividades para se preparar para uma possível retaliação do Irã.

Ontem, o Departamento de Estado dos EUA alertou para o “risco aumentado” de ataques com mísseis perto de bases militares e instalações de energia na Arábia Saudita, o maior produtor da região.

Desde o ataque aéreo de sexta-feira dos EUA, que matou o general iraniano, os preços do petróleo subiram mais de 5%, refletindo o medo de que um conflito mais amplo possa atrapalhar o fornecimento da região produtora mais importante do mundo. Tal como está, as refinarias asiáticas já estão pagando mais pelas variedades de petróleo médio e pesado, devido à sua escassez.

O Iraque exportou 3,82 milhões de barris por dia de petróleo no mês passado, com China, Índia, Coreia do Sul e Japão entre seus principais clientes, segundo dados de rastreamento de navios compilados pela Bloomberg.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes — Do Rio****Título: Vale tem vários desafios a vencer para superar caso de Brumadinho**

A tragédia de Brumadinho, que completa um ano dia 25 deste mês, segue sendo prioridade número 1 da Vale e, em 2020, a mineradora continuará a centrar esforços na reparação e compensação do desastre, que deixou 270 vítimas, das quais 11 ainda não foram encontradas. O episódio, além do impacto sócio-econômico deixado em Minas Gerais, afetou negativamente a ação da mineradora, que se valorizou muito aquém das concorrentes Rio Tinto e BHP Billiton em 2019. Em dólares, a ação da Vale em Nova York se valorizou 2,72% no ano passado bem abaixo das duas concorrentes australianas, como resultado direto de Brumadinho. A ação da BHP subiu 24,5% no ano passado, enquanto o papel da Rio Tinto na bolsa americana se valorizou 37,52%. *(ver quadro abaixo)*.

Em dezembro, em encontro com investidores em Nova York e Londres, a direção da empresa, liderada por Eduardo Bartolomeo, passou a mensagem de que o objetivo da companhia é reduzir o grau de risco que passou a orbitar em torno da mineradora depois do rompimento da barragem da mina de Córrego de Feijão. Entre as incertezas do mercado, estão o receio de que a empresa não faça as reparações necessárias e que ainda possam existir riscos à segurança, bem como que parte da produção de minério de ferro não retorne mais.

A partir desse cenário complexo, o **Valor** apresenta uma análise sobre sete desafios que a mineradora enfrentará este ano. Bartolomeo já reconheceu que a Vale precisa repensar a forma de se relacionar localmente com as comunidades e tem que fazê-lo definindo ações importantes para a sociedade nas áreas ambiental e social. Veja a seguir os principais pontos a serem enfrentados pela Vale em 2020.

Acordos de Brumadinho

Desde o desastre naquela sexta-feira, 25 de janeiro de 2019, até dezembro, a Vale havia assinado 25 acordos. Os pagamentos de indenizações e despesas somaram US\$ 1,6 bilhão em 2019. No fim do ano passado, a empresa aprovou a extensão do pagamento de indenizações emergenciais por mais dez meses em Brumadinho para 108 mil pessoas, o que vai representar gastos de R\$ 550 milhões. No mercado, há a expectativa de que a mineradora chegue a acordo definitivo com autoridades em Minas Gerais ainda este ano sobre aspectos contidos em duas ações civis públicas (ACPs) movidas contra a Vale: uma tem cunho sócio-econômico e a outra, ambiental. Juntas somam pedidos de

pagamentos, pela empresa, de cerca de R\$ 11 bilhões. Até agora, lembra analista, a Vale tem feito acordos individuais que incluem reparações e indenizações. Mas há outros aspectos nas ACPs ligados, por exemplo, à compensação (dano coletivo) que ainda precisam ser endereçados.

Em nota, a Vale disse que mantém discussões com as autoridades, incluindo o Ministério Público de Minas Gerais, a Advocacia Geral do Estado e a Defensoria Pública, para a “construção de um acordo definitivo sobre as questões sociais, ambientais e compensatórias”. “Estamos avançando e temos mantido conversas muito construtivas com as autoridades. Reconhecemos que a discussão é complexa envolvendo muitos órgãos, mas a meta comum da Vale e das autoridades é chegar a um acordo para todas as frentes no primeiro semestre de 2020”, disse a empresa na nota.

A expectativa da Vale é que as provisões feitas até agora, de US\$ 6 bilhões - dos quais US\$ 4 bilhões para compensação e reparação -, serão suficientes para cobrir todas as frentes de um futuro acordo. Os restantes US\$ 2 bilhões provisionados referem-se à desativação de nove barragens construídas pelo método de alteamento a montante, o mesmo da barragem que se rompeu em janeiro de 2019. A previsão é que a desativação das nove barragens esteja concluída até 2023.

A promotora de justiça Andressa Lanchotti, coordenadora do Centro de Apoio de Defesa Meio Ambiente (Caoma) e da força-tarefa Brumadinho do MPMG, disse em nota que uma das prioridades do órgão neste momento é fechar um acordo, cuja minuta foi submetida à Vale em 23 de dezembro, que tem por objeto a realização de obras “estruturantes” para a garantia da segurança hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte, que foi fortemente impactada pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho. Foi agendada reunião para 14 de janeiro no MPMG com a Vale e representantes do governo de MG para discussão desta proposta de acordo, informou.

Produção e vendas

A Vale projeta produzir entre 340 milhões e 355 milhões de toneladas de minério de ferro em 2020. O volume de vendas do ano, porém, deve ser menor pela necessidade de voltar a formar estoques ao longo da cadeia de produção, perto dos clientes, disse Daniel Sasson, analista de mineração e siderurgia do Itaú BBA. Ele estima que as vendas da Vale possam ficar entre 330 milhões e 335 milhões de toneladas de minério de ferro este ano, acima da projeção do banco para 2019, de 310 milhões de toneladas comercializadas.

Vale fez provisões até agora de US\$ 6 bilhões (R\$ 24 bilhões), a maior parte para reparação e as compensações

A Vale ainda tem 40 milhões de toneladas paralisadas em Minas Gerais, sendo que 15 milhões são esperadas para voltar este ano e 25 milhões em 2021, disse em relatório, em dezembro, o analista Caio Ribeiro, do Credit Suisse. Sasson afirmou que, em tese, a Vale estaria rodando com 360 milhões de toneladas por ano tomando-se por base uma capacidade de 400 milhões anuais e o fato de 40 milhões em MG estarem paradas. O problema, diz, é que algumas minas que haviam parado e retornaram não estariam operando a plena capacidade pois o “desmonte” do material se dá de forma mecânica, sem o uso de explosivos. Logo depois do rompimento da barragem em Brumadinho, a Vale chegou a falar em mais de 90 milhões de toneladas fora de produção em Minas Gerais, mas boa parte dessa produção retornou. No Pará, Sasson acredita que o S11D, principal mina da Vale em operação no norte, só deva atingir 100 milhões de toneladas de produção em 2022.

No Vale Day, o diretor de ferrosos da mineradora, Marcelo Spinelli, reiterou que a Vale vai priorizar margens ao invés de volumes. “Em dois anos poderemos recuperar a capacidade de 2018”, afirmou. Sobre o S11D, disse que a empresa espera atingir este ano a capacidade nominal do projeto, de 90 milhões de toneladas. “Estamos estudando expandir a capacidade do S11D para 150 milhões de toneladas, mas ainda é um estudo.”

Preços do minério de ferro

A Vale evita fazer projeções públicas sobre os preços do minério de ferro. O argumento é que quem faz preço é o mercado. Em 2019, o preço médio do minério com 62% de teor de ferro no mercado à vista ficou em US\$ 93 por tonelada, 34% acima da média de US\$ 69,5 por tonelada de 2018. Para 2020, o Itaú BBA trabalha, por exemplo, com uma faixa entre US\$ 75 a US\$ 80 para o preço do minério de ferro. Sasson diz que, embora haja dúvidas sobre a sustentabilidade dos preços, a Vale deve gerar “caixa forte” em 2020 mesmo com preços de mercado inferiores aos de 2019.

A estimativa do banco é que, no ano passado, a Vale possa ter gerado um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 18 bilhões - excetuando-se a provisão de US\$ 6 bilhões para Brumadinho -, acima, portanto, dos US\$ 16,6 bilhões de 2018. O aumento nos preços mais do que compensou a perda de volumes. Em 2020, mesmo com preços menores, a Vale deve ter situação confortável, considerando-se a dívida baixa (US\$ 5,3 bilhões em setembro) e o fato do preço de equilíbrio ser de US\$ 30 a US\$ 35 por tonelada para o minério de ferro posto na China.

Dividendos e juros sobre capital

Depois de Brumadinho, a Vale suspendeu os dividendos aos acionistas e cortou o pagamento de remuneração variável aos executivos da empresa. A política da companhia prevê o pagamento de 30% do Ebitda menos o investimento corrente na forma de dividendos. “No momento não estamos discutindo a retomada do pagamento de dividendos. Estamos totalmente focados na reparação das consequências do rompimento da barragem em Brumadinho”, disse a empresa. No mercado, há a expectativa de que possa haver a retomada dos dividendos este ano. No fim de dezembro, o conselho da Vale deliberou sobre liberação de juros sobre capital próprio de R\$ 7,2 bilhões.

O anúncio não significa que a Vale vá pagar esse montante em JCP. Não há previsão de pagamento e a medida, na visão do mercado, teria o objetivo de obter benefício fiscal em 2019. O Itaú BBA previu ganho fiscal de cerca de US\$ 500 milhões. Em nota, a Vale disse que a declaração de JCP foi feita com base no dever fiduciário de aproveitamento fiscal, dado que o fato gerador deveria ocorrer ainda em 2019. “O efetivo pagamento só poderá ocorrer após o reestabelecimento da Política de Remuneração aos Acionistas”, afirmou.

Fim do acordo de acionistas

Em 30 de abril, a Vale vai realizar a assembleia geral ordinária de acionistas. Deve ser a última assembleia na vigência do atual acordo de acionistas, que reúne a Litel, veículo dos fundos de pensão estatais, a BNDESPar, a Mitsui e a Bradespar. O acordo termina em 9 de novembro. Para analistas, é razoável de se pensar que em 2020 os sócios controladores da Vale busquem dar liquidez às suas ações, inclusive da parte que está fora do bloco de controle. A BNDESPar, por exemplo, está em processo de venda de sua carteira de ações.

Desde que a Vale iniciou um movimento rumo a uma corporação sem controle definido, em 2017, os sócios sempre manifestaram que buscariam fazer uma ação articulada de venda para não pressionar o papel. Isso até agora não aconteceu. Em nota, a Vale disse que a principal consequência do término do acordo sobre a governança da companhia é de que não haverá mais vinculação de voto sobre nenhuma matéria a ser deliberada pelo conselho de administração, incluindo a indicação de conselheiros, que passam a ser eleitos em AGO de acordo com o número de votos recebidos por candidato individualmente, sem distinção de quem o indicar, conforme a Lei das SA e o regulamento da B3.

Decisões no níquel e carvão

2020 pode ser uma oportunidade para a Vale dar um destino a um de seus ativos mais problemáticos, a operação da Vale Nova Caledônia (VNC), produtora de níquel na Polinésia francesa. Aos investidores, em Nova York, Bartolomeo

sinalizou que uma decisão final sobre a VNC será tomada no primeiro semestre de 2020. No carvão de Moatize, em Moçambique, o objetivo é dar um “choque” de curto prazo para obter ganhos em fluxo de caixa. O mercado considera que a Vale precisa ajustar a operação antes de pensar em uma eventual venda do ativo, mas, por outro lado, a produção de carvão metalúrgico e térmico pode não ser compatível com os esforços da companhia de se tornar uma empresa mais amigável do ponto de vista social e ambiental, dizem analistas.

Efeitos da crise EUA x Irã

O ataque dos Estados Unidos ao Irã tem efeito imediato no mercado de petróleo, insumo importante para as mineradoras. Não está claro, até agora, porém, se as mineradoras, incluindo a Vale, poderão sofrer alta de custos derivados de uma eventual alta do petróleo por causa da crise entre os EUA e o Irã. Derivados de petróleo são usados nas minas e também na navegação marítima. Um aumento do petróleo poderia levar à alta do bunker de navegação, dando suporte, eventualmente, para preços mais altos do minério na hipótese de as mineradoras conseguirem repassar os preços aos seus clientes. Mas, como disse analista que preferiu não se identificar, é cedo para dizer se isso vai mesmo acontecer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Acordo da Braskem

A Braskem informou que o juiz federal da 3ª Vara do Estado de Alagoas homologou na sexta-feira o acordo feito pela companhia com a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Alagoas e a Defensoria Pública da União para retirada de 17 mil moradores de áreas de riscos em quatro bairros de Maceió. Conforme adiantado pelo **Valor**, o acordo tem custo inicial de R\$ 2,7 bilhões. As ações da companhia fecharam ontem em alta de 5,2%, o melhor resultado do Ibovespa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Expansão da demanda de energia ainda não cria riscos

Acompanhando as expectativas de crescimento do PIB, a demanda por energia elétrica deve crescer de forma mais acentuada a partir de 2020, após alguns anos de expansão relativamente fraca. De modo geral, analistas ouvidos pelo **Valor** afastam preocupações com racionamento neste ano, afirmando que o Brasil está preparado para atender ao consumo mesmo a taxas acima das projetadas hoje. Mas há quem diga que a situação do país acende um sinal de alerta para os próximos anos em um cenário de avanço mais forte da atividade econômica.

De acordo com o planejamento do governo, a carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) deve aumentar 4,2% em 2020, o dobro da taxa de 2,1% estimada para o acumulado de 2019. Já entre 2021 e 2024, a expectativa é de crescimento anual da ordem de 3,7%. As previsões, feitas em conjunto pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), levam em conta uma expansão de 2,3% do PIB neste ano e taxas mais próximas de 3% para os anos subsequentes.

“Temos capacidade instalada para atender a esse crescimento da carga. Nossa oferta de energia hoje é mais pulverizada do que no passado, com mais projetos eólicos e solares”, aponta Alexandre Viana, sócio da consultoria Thymos Energia. Para o especialista, num cenário de expansão da demanda além do estimado, a principal questão não seria o suprimento, mas sim o preço. Segundo ele, o parque térmico brasileiro ainda é caro, de forma que um maior acionamento de termelétricas em caso de piora das condições hidrológicas tenderia a pressionar as tarifas de energia.

Embora as fontes renováveis venham aumentando sua participação na matriz energética brasileira, a geração ainda é fortemente concentrada nas hidrelétricas. Diante desse cenário, a gestão dos reservatórios dessas usinas deve ser um ponto de atenção, destaca Luiz Augusto Barroso, presidente da consultoria PSR. Apesar da atual situação dos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN), que registram os piores níveis de armazenamento desde 2014, as análises da PSR não identificaram risco de racionamento para 2020.

Barroso avalia ainda que a oferta de energia contratada nos últimos leilões, somada à já comprada no passado, permitirá que o país tenha folga para fazer

frente ao crescimento da demanda. “No limite, se o PIB do Brasil, e por consequência a carga, crescerem muito acima do esperado, a regulação oferece instrumentos para comprar oferta adicional em caráter de emergência”.

Em monitoramento lançado em setembro, o Instituto Acende Brasil estimou que, entre 2019 e 2022, haveria um “respiro” de cerca de 15,5 gigawatts (GW) médios entre a disponibilidade de geração e a demanda projetada. Ainda conforme o estudo, essa folga ocorreria, em maior ou menor grau, mesmo em cenários de aumento da carga além do previsto ou de restrição da oferta, com atraso na implantação de usinas e de condições hidrológicas críticas.

Em geral, especialistas acreditam que riscos de um déficit no suprimento de energia só surgiriam em situações quase apocalípticas, que aliassem uma forte crise hídrica a um aumento muito expressivo do consumo. Mas Adriano Pires, presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), faz um contraponto a essa visão. “Não estamos em uma situação de tranquilidade, temos de estar atentos. Se em 2021 o país voltar a crescer 3% ou mais, aí eu acho que começaremos a ter problemas sérios”.

Na avaliação de Pires, durante a última recessão econômica, o país se “acomodou” e deixou de tomar medidas importantes para garantir a robustez do sistema elétrico. Com o aumento mais forte da demanda a partir de 2020, problemas que não pareciam graves, como o atraso de obras das usinas, podem ganhar importância, diz. “Precisamos começar a olhar para obras atrasadas, fazer leilões por fonte de energia, colocar térmicas a gás natural na base”, defende.

Conforme monitoramento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até 2024, estão previstas para entrar em operação comercial 574 centrais geradoras, que somam 20,5 GW de potência. Desse total, 252 usinas estão com cronograma de implementação atrasado.

No último mês, o próprio governo já se posicionou sobre o tema e garantiu que não faltará energia no país. Em resposta a uma nota publicada pelo jornal “O Globo”, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** negou a possibilidade de racionamento em 2020 mesmo que a economia cresça acima de 2,5%. No esclarecimento, o MME afirma que vem contratando um conjunto de empreendimentos de diversas fontes de energia “suficientes para atender o crescimento econômico sustentável do País”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo****Título: Cemig contrata banco para vender sua participação de 21,7% na Taesa****Grupo mineiro contratou Bank of America para definir desinvestimento; fatia vale R\$ 2,3 bilhões**

A companhia mineira de energia Cemig começou a contratar bancos para dar início a seus processos de desinvestimentos de subsidiárias e participações. O **Valor** apurou que a empresa contratou o Bank of America para a venda de sua fatia na Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa). A Cemig tem 21,68% da Taesa - na atual cotação, essa participação vale R\$ 2,3 bilhões.

Conforme duas fontes, o mandato é de “avaliação estratégica” para a participação acionária - que pode ser feita por transação de venda direta para outros players (inclusive para o outro acionista da Taesa, o grupo colombiano ISA), dono da Cteep, ou acabar definindo a saída por oferta de ações. Nesse caso, outros bancos entrarão na operação.

O valor total da Taesa em bolsa, atualmente, é de R\$ 10,6 bilhões. A ISA Brasil tem 14,88% e os demais 63,45% estão em circulação no mercado.

A Cemig também quer vender os 22,6% que detém na distribuidora Light e se desfazer de sua fatia na Aliança Energia, sociedade que tem com a mineradora Vale. Também avalia sua estratégia de desinvestimento na distribuidora de gás Gasmig, que pode ser feita por meio de listagem em bolsa. Ainda no portfólio da Cemig, o governo estadual planeja desinvestimento nas participações detidas nas hidrelétricas Belo Monte e Santo Antônio. Procurados, empresa e banco não comentaram.

A intenção final do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, é a privatização da própria Cemig - o que, diferentemente das subsidiárias, precisa ser aprovada pela Assembleia Legislativa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo****Título: Atlantic Nickel vai fazer primeiro embarque de produção de níquel**

A venda, de 10 mil toneladas, será realizada pela trading Trafigura e despacho, no porto de Ilhéus (BA), vai ocorrer entre 15 e 25 de janeiro

A mineradora de níquel Atlantic Nickel, controlada pelo grupo Appian Brazil, anunciou ontem que fará o primeiro embarque de concentrado do metal não ferroso em sua mina no Brasil. A venda, conforme informou em comunicado, será realizada pela trading Trafigura. O concentrado é obtido na mina Santa Rita, situada no município de Itagibá, sul da Bahia. O embarque, de 10 mil toneladas, está programado para acontecer entre os dias 15 e 25 de janeiro, conforme disponibilidade no porto de Ilhéus (BA).

A mineradora diz que escolheu a Trafigura por ser uma das maiores tradings de metais do mundo. “Pelo contrato firmado, parte da produção anual da Atlantic Nickel será destinada para a trading em um acordo de longo prazo”. A trading irá oferecer um financiamento de US\$ 40,8 milhões para a empresa, permitindo à empresa dispor dos recursos necessários para alavancar suas operações na mina de Santa Rita, que foi retomada em outubro passado.

“Este é um marco e demonstra a excelência técnica da nossa equipe que conseguiu a volta da produção comercial com meses à frente do plano inicial, de forma segura e responsável”, disse Paulo Castellari, presidente da Appian Brazil, braço do fundo de Private Equity Appian Capital Advisory.

O fundo adquiriu 100% da mineradora em 2018, quando ainda se chamava Mirabela. Criado em 2014, o Appian Capital Advisory é um fundo de private equity com sede em Londres, que atua exclusivamente em metais e mineração. O plano é atingir capacidade de produção de cerca de 120 mil toneladas de concentrado até dezembro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 07/01/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Governo avalia compensar alta de petróleo**

Assunto é tema de reunião entre Bolsonaro e cúpula da área de energia; sem dar detalhes, ministro diz que País não pode ‘ser refém’ de crises

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que o governo analisa uma série de medidas que possam ser usadas em momentos de crises que resultem em alta do petróleo e, conseqüentemente, aumento nos preços de combustíveis no mercado interno. Albuquerque não adiantou, no entanto, que instrumentos seriam esses e de que forma eles poderiam ser aplicados. “Discutimos políticas e instrumentos que o governo deveria ter para se

contrapor a eventos e crises como esses”, disse ele, após reunião com o presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Petrobrás, Castello Branco, e o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone. “Já estávamos trabalhando há dois meses em propostas alternativas e instrumentos para utilizar e não sermos afetados por eventuais aumentos no preço de petróleo.”

Questionado, ele não respondeu se elas envolvem a criação de um fundo de equalização de preços ou mesmo o estabelecimento de impostos flexíveis – com alíquotas que caíam em momentos de alta de preços e subam em momentos de baixa. Também negou que o governo pretenda criar subsídios para gasolina e diesel. “Subsídio para combustíveis não é a palavra adequada. Compensação talvez seja a palavra adequada”, afirmou. Segundo ele, a situação do Brasil é diferente hoje se comparada a crises do passado, já que o País, em breve, será um dos cinco maiores produtores do mundo. “O Brasil é exportador de petróleo, e se o preço aumenta, é bom para o País, mas também aumenta o combustível, o que é ruim. Temos de criar mecanismos compensatórios sem alterar equilíbrio econômico do País”, disse.

O ministro disse ainda que o momento não exige a adoção de medidas para conter a alta dos preços dos combustíveis. “Não podemos apresentar as medidas porque ainda não concluímos análise. A conjuntura não exige isso ainda.” Albuquerque disse que a reunião já estava marcada desde antes do Natal e que acabou sendo usada, também, para analisar a conjuntura desde o ataque americano ao aeroporto de Bagdá, que resultou na morte do general iraniano Qassim Soleimani, gerando tensões nos mercados internacionais e aumento nos preços do petróleo.

Conjuntura. “Com o ocorrido na semana passada, conversei com o presidente e mencionei a reunião e a análise da conjuntura. O presidente disse que iria à reunião se tivesse disponibilidade, e veio”, afirmou. “Apresentamos a conjuntura do setor de petróleo no mundo do ponto de vista do setor energético.” O ministro reiterou que o governo não vai interferir na política de preços da Petrobrás. “O presidente deixou claro que não há interferência na política de preços da Petrobrás”, disse.

Sobre as eventuais medidas que possam ser adotadas para conter o impacto do aumento do preço do petróleo no País, o ministro disse que elas dependem não apenas do Ministério de Minas e Energia, mas também de outras pastas, da ANP e do próprio Congresso. “As medidas serão implementadas paulatinamente para não haver incertezas no setor de combustíveis e para o consumidor”, disse, sem esclarecer quais serão elas. “Teremos instrumentos para dar resposta rápida para que o País não fique refém de cada crise de petróleo.” Sobre ajustes no ICMS, imposto cobrado pelos Estados e que representa um terço do preço

final dos combustíveis, Albuquerque disse que a questão deve ser discutida no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, defendeu a política de liberdade de preços da Petrobrás: “Ela é fundamental para que tenhamos um ambiente competitivo, em que haja venda e investimento de refinarias”. O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, destacou ainda que a inflação está sob controle, mesmo sem subsídios. “De 2011 a 2014, tivemos subsídios e inflação alta. Em 2019, tivemos liberdade de preços e inflação comportada.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/01/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Estados querem vender de empresas a mirante e zoológicos

Sem dinheiro em caixa, governadores querem vender de hotéis a zoológicos

Finanças públicas. Levantamento do ‘Estado’ mostra que pelo menos 100 ativos, de um cardápio diversificado, devem ser oferecidos à iniciativa privada neste ano; São Paulo licita amanhã trecho de 1.200 quilômetros de rodovia que vai demandar R\$ 14 bi em investimentos

Sem folga no orçamento e com uma conta que não para de crescer, governadores de vários Estados prometem fazer de 2020 um ano de grandes privatizações, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP). Eles pretendem transferir para a iniciativa privada pelo menos 100 ativos, segundo levantamento feito pelo Estado. O cardápio de ativos é diversificado. Inclui desde setores tradicionais, como energia elétrica, rodovias, aeroportos e empresas de telecomunicações, até a concessão de mirantes, marinas, hotéis e casa de repouso. Há também estádios de futebol, cozinha-escola em presídios, zoológicos e centros de eventos, entre outros.

Pelo levantamento do Estado, o segmento com maior número de ativos – 22 no total – é o de transportes, que envolve linhas de metrô e ônibus, terminais rodoviários, trens intercity, rodovias e portos. Normalmente, esses projetos exigem investimentos pesados, como a concessão de 1.200 km do lote rodoviário Piracicaba-Panorama, que o governo de São Paulo pretende leiloar amanhã na Bolsa. Quem ganhar a disputa terá de investir R\$ 14 bilhões durante os 30 anos de concessão. Outro projeto vultoso do governo paulista é o Trem Intercidades, de R\$ 5,6 bilhões, entre a capital, Campinas e Americana. No total, são 21 projetos aprovados pelo Conselho Gestor de PPPs e Concessões do

Estado, que podem ser licitados até o fim de 2020 e vão gerar investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões, segundo a gestão de João Doria (PSDB).

“Vamos ver muita privatização relevante, seja do governo federal ou dos Estados, mas também haverá muitos ativos sem interesse por parte dos investidores”, diz o advogado Fernando Vernalha, especialista em infraestrutura e sócio do escritório VG&P Advogados. Na opinião dele, as operações relacionadas aos setores de gás e saneamento, cujos marcos regulatórios estão sendo refeitos, devem ter maior apetite por parte da iniciativa privada. Das 27 unidades procuradas, 16 responderam aos questionamentos da reportagem. Dessas, 13 pretendem fazer alguma privatização de empresas ou concessão de serviços públicos nos próximos anos, só duas não têm ativos para vender e uma ainda avalia a possibilidade de criar um programa de desestatização. O governo do Maranhão teve autorização para vender 25,5% das ações da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar); o Rio Grande do Sul conseguiu retirar a exigência de um plebiscito para vender a Sulgás; e Goiás ainda espera aprovação da Assembleia Legislativa.

No Rio, a venda da Cedae foi uma das exigências do governo federal para que o Estado pudesse aderir ao Regime de Recuperação Fiscal. Um dos modelos que vêm sendo estudado pelo governador Wilson Witzel é a venda de ações da empresa no mercado. Mesma saída é vista pelo Distrito Federal e pela Bahia. Minas Gerais, que a exemplo de Rio e do Rio Grande do Sul, vive grave crise fiscal, tem planos para vender tanto a estatal de gás (Gasmig) como a de saneamento (Copasa). Em novembro, o governador Romeu Zema (Novo) publicou no Diário Oficial o Decreto 47.766 que trata da Política Estadual de Desestatização e cria o Conselho Mineiro de Desestatização (CMD).

“Tenho dito que o Estado já tem muito o que fazer na parte de saúde, educação, segurança e infraestrutura. As empresas do Estado, notoriamente no último governo, serviram para interesses políticos e cabides de emprego”, diz o governador. Minas também quer privatizar a Cemig e vender participações que a empresa tem na Taesa (transmissão), Renova (eólica) e nas hidrelétricas Santo Antônio e Belo Monte. De acordo com o levantamento do Estado, a área de energia tem 9 empresas para serem privatizadas ou concedidas. Além dos investimentos de Minas, a lista inclui a CEEE, do Rio Grande do Sul – a venda também é um apelo para a adesão ao programa Regime Fiscal do governo federal. “Como o segmento de gás, a área de energia demanda muito investimento. Mas o governo hoje não consegue fazer os aportes necessários para fornecer um serviço de excelência”, diz o secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, Artur Lemos Júnior.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 07/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Alberto Bombig****Título: » Camisa 10.**

Coluna do Estadão

O relator do Código Brasileiro de Energia Elétrica na Câmara, Lafayette de Andrada (Republicanos- MG), comemorou a campanha de Bolsonaro para barrar a taxaço da energia solar: “Considerando os benefícios dela e importância estratégica, o presidente fez gol de placa”.

COM MARIANA HAUBERT E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 07/01/2019****Seção: Mercado****Autor: Fábio Pupo e Talita Fernandes****Título: Governo quer usar ICMS contra alta da gasolina**

Bolsonaro planeja pedir a governadores colaboração para amenizar disparada do petróleo; estados não discutem medida

Brasília O governo planeja pedir a colaboração dos governadores na cobrança de ICMS para evitar um aumento mais forte do preço dos combustíveis em meio à pressão sobre a cotação do petróleo com a crise entre EUA e Irã. Essa é uma das medidas que técnicos discutem para evitar uma escalada nos valores cobrados pelos postos.

A ideia foi apresentada por Jair Bolsonaro após reunião nesta segunda (6) com a presença do **Ministério de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

“Aproximadamente um terço do preço do combustível no final são impostos estaduais. Esse é o problema que temos”, afirmou Bolsonaro. Ele citou o caso do Rio, onde uma alíquota de 30% do ICMS representaria cerca de R\$ 1,50 no preço da gasolina. Mesmo pedindo a colaboração dos líderes estaduais, descartou a possibilidade de criar um teto para a tributação.

“Tivemos nossa conversa e temos uma estratégia de como proceder o desenrolar dos fatos. A coisa que mais preocupa é uma possível alta do

petróleo, de 5% no momento”, afirmou. Apesar disso, ele disse esperar que os preços voltem à normalidade rapidamente, a exemplo do que ocorreu após o ataque a refinarias árabes em 2019.

Desde o ataque ao aeroporto de Bagdá, na sexta (3), que matou o general iraniano Qassim Sideimani, o petróleo Brent subiu 5%. Nesta segunda, chegou a romper o patamar de US\$ 70 pela primeira vez em mais de três meses, mas fechou a US\$ 69.

O ministro de Minas e Energia afirmou que a reunião desta segunda-feira já havia sido marcada antes do Natal. Também estiveram presentes técnicos do Planalto e do ministério, além do diretor-geral da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, e do presidente da Pré-Sal Petróleo, José Eduardo Gerk.

Albuquerque confirmou que a ideia da compensação por estados está sendo estudada, embora não tenha dado detalhes, e que o canal para a discussão seria o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne os secretários de Fazenda dos Estados e técnicos do Ministério da Economia.

“Isso já está sendo discutido no âmbito do governo para que, quando tiver essa pauta, possam ser reunidos os governadores e haver uma reunião no mais alto nível, com presidente e os governadores”, afirmou.

Quando lhe foi perguntado se pode haver uma compensação aos estados com a possível redução de impostos, por meio de um fundo, o ministro disse que a sugestão é bem-vinda. E negou a possibilidade de novos subsídios. “Tudo isso está sendo considerado. Subsídio não é a palavra, uma compensação talvez seja a palavra adequada.”

De acordo com o presidente da Petrobras, o governo não faz pressões sobre a política de preços da empresa. “Até hoje recebi manifestações de total respeito à lei, que desde 2002 diz que existe liberdade de preços de combustíveis. E o governo Bolsonaro vem praticando isso, não recebi em nenhum momento pressão.”

O executivo ainda ressaltou que o impacto no preço global do petróleo não foi tão forte até agora e que as características do mercado contribuem para que os preços sejam naturalmente segurados. “A produção americana desarma a possibilidade do aumento do preço.”

A Petrobras divulgou um comunicado a investidores na sexta-feira para informar que está monitorando o mercado internacional diante dos eventos no Oriente Médio. A empresa afirma que não há uma periodicidade predefinida

para a aplicação de reajustes e que decidirá oportunamente sobre as próximas alterações nos preços.

Os estados, que vivem aperto fiscal, não conversaram sobre eventual redução do ICMS sobre combustíveis, segundo o diretor institucional do Comsefaz (Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estado), André Horta.

“Entre 18% e 20% da arrecadação própria dos estados com ICMS é sobre combustíveis. Esse valor é bastante representativo, e na situação fiscal atual dos estados não está sendo possível [abrir mão].”

Horta afirmou que a prioridade dos entes regionais no momento é discutir e implementar um novo pacto federativo, buscando a recomposição de receitas perdidas para a União ao longo dos anos.

Hoje o ICMS sobre combustíveis é cobrado sobre o valor da mercadoria, no modelo “ad valorem”. Por isso, quando gasolina e diesel sobem, os estados arrecadam mais.

Com a Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Bolsonaro rejeita, mas equipe de Guedes quer fim de subsídio da energia solar

Grupo quer convencer presidente e líderes do Congresso de que regra atual repassa à população conta de benefício dado a famílias ricas

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) quer insistir na defesa da redução de benefícios concedidos a usuários de energia solar, tema tratado como proibido pelo presidente Jair Bolsonaro.

A ideia é reiniciar um trabalho de convencimento com Bolsonaro e líderes do Congresso.

Sob o argumento de que a discussão foi contaminada por uma afirmação que classificam como equivocada, de que o governo pretende “taxar o sol”, integrantes do Ministério da Economia dizem ser possível encontrar uma convergência no debate.

Técnicos da pasta justificam que é preciso deixar claro para a sociedade e para os políticos que o valor concedido em benefícios aos usuários de energia solar, normalmente famílias de renda mais alta, é repassado para a conta de luz do restante da população. Isso onera os mais pobres.

No domingo (5), Bolsonaro já havia conversado com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para discutir o assunto. Ele anunciou que será colocado em votação no Legislativo projeto para barrar qualquer tentativa de derrubar o subsídio.

Nesta segunda-feira (6), ele reforçou o que havia afirmado no dia anterior: “Está sepultada qualquer possibilidade de taxar energia solar. A decisão é minha, e nenhum ministro ou secretário fala no assunto. Está proibido falar no assunto”.

Nas palavras de um membro do Ministério da Economia, a pasta converge com Bolsonaro, Maia e Alcolumbre ao se posicionar contra a criação de novos impostos. Por isso, quer mostrar que a redução do subsídio iria no sentido de desonerar a maior parte dos consumidores.

As mudanças propostas pela Aneel não criam nova tarifa, mas eliminam benefício concedido em 2012 para incentivar a geração de energia solar. A regra isenta os proprietários de painéis solares de encargos, subsídios e tributos sobre a produção.

A avaliação da área técnica é que as isenções sobrecarregam clientes cativos das distribuidoras, que são obrigados a ratear entre si os benefícios concedidos aos consumidores de energia solar.

Procurado após as afirmações de Bolsonaro, o Ministério da Economia informou que não vai se manifestar.

Em outubro de 2019, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) lançou uma consulta pública para discutir uma possível redução de benefícios aos usuários de energia solar.

Em 2012, com a meta de incentivar a modalidade de geração de energia limpa, a agência reguladora estabeleceu que quem investisse em painéis solares não pagaria encargos, subsídios e tributos pela produção, pelo consumo ou pela distribuição do excedente de energia.

A própria agência, contudo, já previa uma revisão da medida em 2019. Nesta terça-feira (7), Bolsonaro irá receber o diretor da Aneel Rodrigo Limp Nascimento no Palácio do Planalto.

Procurada, a Aneel se limitou a informar que suas decisões são tomadas em colegiado e que a próxima reunião de diretoria está agendada para o dia 21 deste mês.

O Ministério da Economia já expôs publicamente mais de uma vez, em audiências e notas técnicas, ser favorável à redução desse benefício, respeitado um período de transição.

Em parecer, chegou a questionar a competência da Aneel para decidir sobre o tema. Na visão de técnicos, não deveria ser atribuição da agência regular um subsídio que gera custo elevado à população.

Essa não é a primeira vez que planos da equipe econômica são interrompidos por Bolsonaro. Ordens do presidente levaram à amenização de um pacote de medidas para retirar amarras do Orçamento. Vinculações de benefícios e gastos obrigatórios foram mantidos, contrariando a ideia inicial de Guedes.

Também por determinação do presidente, foram adiadas as apresentações da reforma tributária e da reestruturação do serviço público.

A insistência, em um dos episódios, gerou atrito entre o Ministério da Economia e o Palácio do Planalto. A divergência em torno da criação de um novo tributo aos moldes da extinta CPMF, defendido pela equipe econômica, foi justificativa para a demissão do então secretário da Receita Federal, Marcos Cintra.

A tentativa de convencimento, desta vez, será com cautela. Auxiliares de Guedes dizem estar cientes de que a decisão final sobre o subsídio será política.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ressaltou nesta segunda que não haverá cobrança de impostos.

“O presidente já foi bem claro. Não haverá taxação, haverá respeito aos contratos”, disse. Ele lembrou, no entanto, que já estava previsto em resolução técnica de 2012 que a Aneel rediscutiria o subsídio ao setor em 2019. “É o que a Aneel está realizando”, disse.

“Houve muito questionamento em torno disso e a Aneel acabou de finalizar a consulta pública. Vai continuar com a análise das sugestões apresentadas. Nisso o governo não interfere, faz parte da autonomia da agência”, disse.

Segundo o ministro, os presidentes da Câmara e do Senado já teriam chegado à conclusão de que seria interessante o Congresso estabelecer uma política pública para o setor. Segundo ele, um projeto de lei deve ser elaborado nos primeiros meses do ano, possivelmente até abril. Bernardo Caram, Talita

Fernandes, Fábio Pupo, Arthur Cagliari, Diego Garcia e Nicola Pamplona
MERCADO CRITICA INTERFERÊNCIA NA ANEEL

As declarações de Bolsonaro foram vistas no mercado como interferência na atuação da Aneel. "Qual o sinal que ele dá para o investidor?", questionou a economista Elena Landau. Por outro lado, a medida recebeu apoio de empresas e entidades ligadas à geração de energia solar.

A SOS Geração Distribuída defendeu que o incentivo a fontes renováveis é necessário e urgente porque as chuvas estão muito abaixo da média, o que pode forçar o acionamento de termoeletricas, "que, além de poluentes, podem causar um aumento significativo nas contas de luz".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/01/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Crise em potencial

Após frear economia global com guerra comercial contra a China, EUA geram nova incerteza com o Irã

As consequências econômicas do ataque americano ao Irã são ao menos por ora muito limitadas, com efeitos modestos sobre os mercados financeiros e de petróleo. Não há nem sinal de pânico. O futuro desta crise, porém, é uma incógnita, em particular para os analistas e políticos ocidentais.

Especialistas na política externa americana e governos aliados dizem não compreender o plano de Donald Trump, se é que existe algum. Tampouco há clareza sobre quando e como o governo iraniano reagirá ao assassinato de seu líder militar e figura política popular.

Decerto haverá desdobramentos. Em 2018, Trump abandonou o acordo nuclear do Irã. Desde então, houve escalada dos contra-ataques assimétricos iranianos. Isto é, atos de terror, suspeita de autoria ou mando de ataques a navios no Golfo Pérsico e contra instalações petrolíferas na Arábia Saudita e intensificação do apoio a milícias no Iraque, na Síria e no Líbano.

O regime teocrático não pode deixar de responder a uma afronta a interesses e à honra nacional, sob risco de incentivar reação popular e de facções insatisfeitas do governo. Por outro lado, não pode se sujeitar a um ataque destruidor das armas americanas.

Por ora, há promessas de vingança e de aceleração do programa nuclear. No mínimo, o risco de que o Irã fique mais próximo de produzir uma bomba atômica tende a provocar reações americanas.

No front diplomático regional, o Irã pode fomentar mais desordem. Seus aliados e inimigos locais, porém, não sabem como reagir e o demonstram sendo prudentes nesta nova rodada da crise. Não sabem se os EUA pretendem a médio prazo se retirar da região, como pregava Trump, ou se a presença militar americana vai se intensificar, dado o risco ou a realidade de mais conflitos militares.

As duas situações elevam a probabilidade de desordem ou guerra difusa. A retirada americana propiciaria um avanço iraniano, diplomático e militar, além de inspirar outros inimigos; a presença ampliada dos EUA na região seria oportunidade ou incentivo para mais embates na guerra assimétrica.

A escalada do conflito teria consequências óbvias e funestas. A alta do preço do barril de petróleo, da casa dos US\$ 70 para algo perto de US\$ 100, teria efeitos contracionistas na economia mundial e poderia provocar acidentes no sistema bancário. Um trimestre de petróleo caro e de aperto nas condições financeiras bastaria para nova degradação do ritmo da economia do planeta inteiro.

Depois de avariar o crescimento mundial em 2019 com seu conflito econômico-tecnológico com a China, Trump lança novas sombras sobre a economia mundial.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/01/2019

Seção: Economia

Autor: DANIEL GULLINO E MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Bolsonaro diz que Congresso proibirá taxação de energia solar

Segundo presidente, projeto que será apresentado pode prever o pagamento de um frete para quem investir no setor

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), concordaram em colocar em votação um projeto de lei (PL) que proíbe a tributação da geração de energia solar. Mais tarde, porém, o presidente sinalizou que a proposta pode prever que os produtores de energia solar paguem um “frete” para transportar a eletricidade.

A fala de Bolsonaro foi uma reação à proposta apresentada em outubro pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para alterar as regras sobre a

energia que o consumidor gera a mais e compartilha na rede da distribuidora. Em fevereiro, ela deve anunciar novas regras para o setor, com objetivo de reduzir os subsídios para os consumidores que produzem sua própria eletricidade, o que ocorre principalmente por meio de painéis solares.

Segundo o presidente, algum parlamentar vai apresentar um projeto nesse sentido, e a proposta será votada em regime de urgência.

— Liguei para o Rodrigo Maia, liguei para o Davi Alcolumbre. Como quem decide isso é a Aneel, caso a Aneel viesse a taxar, (perguntei) se eles derrubariam via projeto ou decreto legislativo essa decisão. Davi Alcolumbre topou e Rodrigo Maia foi mais além. Vamos evitar, vamos botar ponto final nesta novela. Algum parlamentar deve apresentar projeto para taxa zero, e a gente bota para votar em regime de urgência. Está definida, sepultada, qualquer possibilidade de taxar energia solar —disse Bolsonaro pela manhã, na saída do Palácio da Alvorada.

Pela regra atual, a energia produzida a mais é devolvida pela empresa de distribuição ao consumidor praticamente sem custo. Com isso, o cliente pode consumir quando não está gerando sua eletricidade. A mudança em discussão estabelece que, a partir de 2031, este produtor de energia passará a pagar pelo uso da rede da distribuidora e também pelos encargos cobrados na conta de luz. A cobrança será feita em cima da energia que ele receber de volta do sistema da distribuidora.

À tarde, Bolsonaro voltou a dizer que o governo não vai aceitar a “taxação” da energia solar, mas admitiu que haverá o pagamento de um “frete”. Ele não deixou claro se fazia referência ao pagamento da taxa de uso do sistema — tanto de transmissão quanto de distribuição —, justamente o alvo das discussões na Aneel.

Segundo Bolsonaro, Rodrigo Maia ofereceu pautar um projeto de lei na Casa para “solucionar” a questão da energia solar, o que envolveria o pagamento do frete para aqueles que queiram investir no setor.

Ele falou ao lado do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, após uma reunião com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e outras autoridades.

Em seguida, Albuquerque reforçou a declaração do presidente de que “não haverá taxa” de painéis solares e enfatizou que “haverá respeito aos contratos” vigentes. O ministro ponderou, no entanto, que existe uma resolução da Aneel que prevê a reavaliação do subsídio para energia solar.

De acordo com Albuquerque, haverá uma discussão para estabelecer uma “política pública para painéis solares” em conjunto com Maia e com Alcolumbre.

— Isso será feito nos primeiros meses do ano — afirmou o ministro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/01/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA, DANIEL GULLINO, JUSSARA SOARES E RAMONA ORDONEZ BRASÍLIA E RIO

Título: Governo avalia ‘colchão’ para compensar alta do petróleo

Colchão financeiro

Governo estuda criar fundo e mudar ICMS para compensar alta do petróleo

O governo federal estuda um mecanismo de compensação para o preço dos combustíveis no mercado interno. O objetivo é evitar que altas abruptas nos valores internacionais do petróleo sejam sentidas pelos consumidores do Brasil. O Executivo federal também avalia propor aos estados mudanças no ICMS, que incide sobre gasolina e diesel, numa tentativa de criar um colchão para os preços dos combustíveis. As medidas foram discutidas ontem, em uma reunião no **Ministério de Minas e Energia** da qual participou o presidente Jair Bolsonaro. O encontro foi marcado depois da alta no petróleo causada pela morte do general iraniano Qassem Soleimani em um bombardeio americano, na última sexta-feira.

— A palavra subsídio não é a palavra adequada. Uma compensação talvez seja a palavra adequada. O país bateu o recorde de produção de petróleo no fim do ano passado. Hoje, o Brasil é exportador. Se o preço aumenta, é bom para o país. Mas, evidentemente, aumenta o preço do combustível. Então temos que criar, talvez, mecanismos compensatórios, que compensem esse aumento sem alterar o equilíbrio econômico do país —disse o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, após a reunião, manifestando preocupação com a inflação.

Segundo fontes do governo, uma das alternativas é a criação de um fundo de compensação, semelhante a mecanismos já usados no passado, de maneira a amortizar eventuais altas bruscas do petróleo no mercado internacional. Isso seria possível porque a arrecadação federal aumenta quando o petróleo sobe. Se o barril ultrapassa determinado patamar, a folga obtida na arrecadação seria repassada ao longo da cadeia de petróleo para que a variação de preço não

chegue às bombas. Como o país tem aumentado sua produção, a arrecadação com royalties também tem subido.

A ideia de criar um fundo de compensação para mitigar variações bruscas de preço ao consumidor começou a ganhar força desde o governo de Michel Temer, após a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018. Desde então, os governos têm mantido interlocução direta com a categoria para evitar novas paralisações.

— Temos que ver mecanismos de compensação. Não sei se será com impostos. Se há maior receita, pode haver compensação em cima disso —completou o ministro.

Mais cedo, o presidente Jair Bolsonaro voltou a descartar intervenção nos preços dos combustíveis diante da alta do petróleo provocada pela crise no Oriente Médio, que concentra a maior parte da produção mundial. A commodity chegou a ser negociada ontem acima de US\$ 70 o barril.

— Não existe interferência. Não sou intervencionista. Essa política está muito bem conduzida pelo almirante Bento —disse Bolsonaro.

Outra medida estudada pelo governo, também para compensação, é propor aos estados que reduzam o ICMS (imposto estadual) quando o petróleo estiver alto. A ideia deve ser apresentada aos estados, por meio do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). Ao deixar o encontro, Bolsonaro pediu cooperação de governadores:

— Aproximadamente um terço do preço do combustível, no final, é imposto estadual, o ICMS. No Rio, por exemplo, está em torno de 30%. Esse é o problema que nós temos. Os governadores, com problemas em caixa, não deixam de, cada vez mais, buscar aumentar sua receita em cima do ICMS dos combustíveis.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, também participaram da reunião. Castello Branco afirmou que não recebeu orientação do presidente para controlar preços de combustíveis, e o ministro Bento Albuquerque reforçou o coro de que não há interferência do governo na Petrobras. Ele afirmou que as medidas em estudo não envolvem a estatal:

— As medidas são para que a gente não tenha no setor de combustíveis uma incerteza grande por parte do consumidor. Para ter uma resposta rápida e para que o país não fique refém de cada crise de petróleo que ocorra no mundo. Se o país tiver instrumentos, vai dar muita tranquilidade.

ANALISTAS PREVEEM AJUSTE

O presidente da Petrobras avaliou que não haverá crise econômica em decorrência da tensão no Oriente Médio: —O polo econômico de produção de petróleo não é mais a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), são os países fora dela, especialmente os EUA. Evidentemente, surpresas podem acontecer, mas estamos acreditando que seja muito pouco provável que esse choque que houve, um aumento de US\$ 3, resulte numa crise econômica.

Pela manhã, Bolsonaro havia dito que a “tendência” era que o preço do petróleo se estabilizasse. Para ele, o impacto da ação americana no Iraque “não foi grande”.

Ainda que o preço do barril do petróleo se estabilize na faixa dos US\$ 70, analistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que, com o dólar acima de R\$ 4, a Petrobras terá que aumentar os preços da gasolina e do diesel em suas refinarias nos próximos dias não só para evitar prejuízos à Petrobras. É preciso sinalizar para investidores interessados na compra das oito refinarias que a estatal pôs à venda que não haverá ingerência do governo na política de preços dos combustíveis.

— A Petrobras está esperando primeiro a poeira baixar e verificar em que patamar de preços o petróleo vai ficar para fazer o reajuste. Como fez em setembro de 2019, quando houve um ataque (atribuído ao Irã) a refinarias na Arábia Saudita. Com os preços do petróleo nesse patamar e o câmbio elevado, a Petrobras tem que aumentar os preços da gasolina e do diesel ainda esta semana. Não tem jeito, e a prioridade da Petrobras é privatizar as refinarias — disse Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura(CBIE).

DÚVIDA SOBRE DAVOS

Para o especialista, a criação de um fundo financeiro para amortecer impactos externos é uma boa ideia. Edmar Almeida, professor do Instituto de Economia da UFRJ, também acredita que logo a Petrobras vai reajustar seus preços. Para ele, o governo deveria aproveitar a discussão da reforma tributária para avaliar também mudanças na tributação dos combustíveis que pudessem ajudar a proteger o Brasil de alterações repentinas no preço internacional do petróleo.

A política de preços da Petrobras para gasolina e diesel tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais desses produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias.

Bolsonaro admitiu que pode não ir à reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, entre 21 e 24 deste mês, por “questão de

segurança'. A viagem estava confirmada e passou a ser reavaliada após a escalada da tensão entre EUA e Irã:

— Estamos discutindo isso aí. Há a possibilidade de não ir.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: BNDES está próximo de vender participação acionária na Petrobras

O BNDES está mais próximo de vender sua participação acionária na Petrobras. De acordo com fato relevante divulgado ontem pela estatal do petróleo, o BNDES convidou várias instituições (entre bancos e corretoras) para intermediarem a potencial venda de até todas as ações ordinárias (com direito a voto) que o banco detém da Petrobras.

De acordo com o comunicado, a Petrobras já arquivou junto à Securities and Exchange Commission (SEC, órgão regulador do mercado acionário americano) o “formulário F-3”. Esta formalização é necessária para que o BNDES realize uma oferta registrada nos Estados Unidos. O formulário segue aguardando o aval da autarquia americana.

“Esse formulário ainda será analisado pela SEC, estando sua efetividade condicionada à aprovação pelo órgão, não representando, neste momento, o registro de uma oferta de ações nos Estados Unidos, no Brasil ou em outra jurisdição”, destacou a estatal do petróleo por meio do fato revelante.

De acordo com a agência Reuters, o BNDES poderá vender até 734,2 milhões de ações ordinárias da Petrobras. Essa venda representaria um resultado financeiro de, aproximadamente, R\$ 23,4 bilhões.

As instituições convidadas pelo BNDES foram Credit Suisse, Bank of America Merrill Lynch, Banco Múltiplo, Bradesco BBI, BB-Banco de Investimento, Citigroup Global Markets, Goldman Sachs, Morgan Stanley e XP Investimentos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/01/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Em 2019, álcool aumentou 20% e gasolina, 3,8%

Levantamento no Estado do Rio mostra que, em alguns casos, reajuste nas refinarias da Petrobras foi bem maior do que nas bombas, mas crise econômica e queda nas vendas também frearam repasse para o consumidor

O preço do etanol hidratado, o combustível automotivo, teve aumento acumulado de 20,4% no ano passado para os consumidores do Estado do Rio, bem acima da inflação, que deve fechar 2019 em torno de 4%. Já o preço da gasolina avançou 3,8%, enquanto o reajuste médio feito pela Petrobras nas refinarias foi de 26,8%.

Na semana que terminou em 28 de dezembro, o preço médio do álcool no Rio era de R\$ 4,102 por litro. Na mesma data de 2018, estava em R\$ 3,408, segundo levantamento feito por Dietmar Schupp, consultor do setor de distribuição de combustíveis.

Para o produtor, o preço do etanol teve alta de 20,1% em 2019, comparando a última semana do ano ao mesmo período de 2018, passando de R\$ 1,667 para R\$ 2,002.

No ano passado, a carga tributária do etanol hidratado subiu no Rio de Janeiro. Segundo o especialista, o aumento da alíquota do ICMS no estado sobre o etanol, que passou de 25% para 32% a partir de janeiro de 2019, foi um dos fatores que pesaram no forte impacto nos preços finais para os consumidores.

DIESEL SUBIU 6,3%

Já os preços da gasolina e do diesel tiveram um aumento médio ao consumidor inferior aos reajustes feitos pela Petrobras em suas refinarias. No caso do diesel, o aumento ao consumidor foi de 6,3%. A margem da Petrobras para o combustível, no entanto, teve aumento total de 31,1% no ano.

Maria Aparecida Siuffo Schneider, presidente do Sindcomb, sindicato que reúne os postos revendedores do Rio de Janeiro, explica que os setores de revenda de combustíveis não estão conseguindo repassar os aumentos de preços das refinarias por causa da crise econômica. Segundo ela, a queda do poder aquisitivo do consumidor resultou em queda nas vendas da ordem de 20% no ano passado.

Além disso, diz Maria Aparecida, a elevada carga tributária, sobretudo do ICMS, aumenta a sonegação do imposto, com a entrada de produtos irregulares no estado. A alíquota de ICMS que incide sobre a gasolina é de 34% no Rio, contra 25% em São Paulo. No caso do etanol, enquanto o Rio aumentou o tributo para 32%, São Paulo cobra 12%.

— O Rio de Janeiro é o retrato da crise. A queda nas vendas de combustíveis está em torno de 20%. Por isso, os setores não conseguem repassar os reajustes das refinarias. Além disso, o ICMS absurdo que é cobrado na gasolina e no álcool incentiva o aumento da sonegação e a entrada de produto sem nota fiscal — comenta Maria Aparecida.

O único produto que vem registrando aumento de vendas, destaca ela, é o gás natural veicular (GNV), indicando a fuga dos consumidores da gasolina e do álcool para o produto mais em conta.

De acordo com o levantamento, o preço do GNV registrou redução de 1,8% por metro cúbico no período de 12 meses. Para os consumidores finais, o GNV teve um aumento da ordem de 2%, passando a custar R\$ 3,145 por metro cúbico. A carga de impostos no GNV aumentou em 2,5% em 2019.

O levantamento foi feito com base em preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de refinarias da Petrobras, em dados sobre o etanol da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e em informações da Naturgy, a distribuidora de gás natural do Rio.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/01/2019

Seção: Economia

Autor: GABRIEL MARTINS

Título: Bolsa tem queda de 0,7%, e dólar sobe 0,15%, a R\$ 4,06

Barril do petróleo tipo Brent encerra a US\$ 68,91, com valorização de 0,45%, depois de passar de US\$ 70 durante a manhã

Com os investidores ainda na expectativa com relação aos desdobramentos da crise entre Estados Unidos e Irã, o Ibovespa, principal índice da Bolsa de São Paulo, encerrou em queda de 0,7%, aos 116.887 pontos. Já o dólar comercial teve valorização de 0,15%, cotado a R\$ 4,062.

— O Brasil não está ligado ao ataque (que matou o general iraniano Qassem Soleimani), mas é um país emergente e exportador de commodities. Um ambiente internacional conturbado atrapalha muitas empresas listadas na Bolsa — disse Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos.

Há o risco de que, com uma escalada do conflito entre EUA e Irã, a região do Golfo Pérsico, em especial o Estreito de Ormuz, torne-se palco de conflitos. Nessa região circula grande volume de petróleo. Pela manhã, o barril do tipo Brent chegou a ter valorização de 3%, sendo negociado a US\$ 70,69, segundo a

Bloomberg. No fim do dia, perdeu fôlego, para encerrar com alta de 0,45%, a US\$ 68,91.

Como o governo reafirmou que não vai interferir na política de preços da Petrobras, os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da estatal subiram 3,25%, a R\$ 33,03, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) avançaram 1,18%, a R\$ 30,81.

Já as ações da BR Distribuidora caíram 5,01%. No domingo, o colunista do GLOBO Lauro Jardim revelou que a Petrobras quer liquidar sua participação na empresa ainda neste semestre.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Risco da mudança da política externa

A Guarda Revolucionária do Irã não é considerada uma organização terrorista pela ONU. Apenas os Estados Unidos, Reino Unido e Israel a definem como terrorista. Nem mesmo pela União Europeia ela é vista assim. A posição tradicional do Brasil sempre foi a de seguir o que a ONU define. A nota brasileira, contudo, muda isso e trata a morte do general Qassem Soleimani como um ato da luta contra o “flagelo do terrorismo”. O Brasil exportou no ano passado US\$ 2 bilhões para o Irã, e o país é considerado um mercado importante para o agronegócio brasileiro.

O que está acontecendo na escalada de tensão entre Estados Unidos e Irã afeta o Brasil. No comércio, nos preços internos e na definição da política brasileira em relação ao assunto. Os diplomatas estão acompanhando atentos as decisões da política externa, e a avaliação é que é arriscado mudar a nossa política em cima de um conflito de desdobramentos imprevisíveis.

A escalada da crise afeta diretamente os preços do petróleo, mas a lista dos produtores e dos importadores mudou muito nos últimos anos. Os especialistas no setor ainda não temem uma disparada dos preços. Porém, eles já subiram o suficiente para colocar em xeque a política do governo Bolsonaro. Na sexta-feira, o presidente indicou que tentará suavizar o repasse para os preços, reduzindo impostos, e ontem se reuniu com ministros para discutir o tema. Pode conversar com os estados para eles segurarem o ICMS. Não faz sentido algum. A presidente Dilma foi muito criticada pelos economistas exatamente por impedir que os combustíveis seguissem as oscilações do mercado

internacional. Aquela política abriu um rombo na Petrobras e no caixa do governo.

Os analistas consideram que as palavras do governo Bolsonaro de alinhamento com Israel e agora essa posição do Itamaraty podem acabar afetando o comércio. Do que nós vendemos, 44% é milho, o principal produto da pauta de importação do Irã. Foram US\$ 940 milhões de janeiro a novembro. O segundo, que representa 39%, é a soja, o terceiro item de importação do país. E 10% é carne bovina congelada. E depois é cana de açúcar.

No domingo, a chancelaria iraniana pediu esclarecimentos sobre o posicionamento do Brasil. Uma preocupação que comandantes militares e diplomatas brasileiros sempre tiveram é de jamais provocar a vinda desse tipo de conflito para o país. Porém, no terceiro parágrafo da nota, o Itamaraty diz que o “Brasil não pode ficar indiferente a essa ameaça (do terrorismo no Oriente Médio) que afeta inclusive a América do Sul”. O espanto dos diplomatas

é em relação a que eventos o Itamaraty está se referindo. “Eu me pergunto aonde e em quais fatos recentes?”, perguntou um embaixador. O último acontecimento foi na Argentina, em 1993, o atentado contra a Amia. Foi há 26 anos.

O alinhamento completo aos Estados Unidos numa área cheia de fios desencapados, e numa escalada do conflito provocada pela decisão pessoal do presidente Donald Trump, é temerário. Trump não ouviu o Congresso, ele se cercou apenas de um grupo mínimo de assessores diretos, e até integrantes do governo criticaram a decisão intempestiva.

O Irã passava por um momento difícil quando o míssil americano foi lançado pelos Estados Unidos sobre o general Soleimani no aeroporto do Iraque. O governo estava fraco, contestado pela alta do custo de vida e pela recessão. O atentado pode ter permitido o que o governo de Teerã não havia conseguido: unir o país.

O Irã não é árabe, como se sabe. É persa, de herança cultural milenar. Mas é um mosaico de etnias. Tem árabes, curdos, azerbaijanos, turcomenos. O governo de Teerã temia mais um levante de rua do que as sanções do Ocidente, avalia um diplomata brasileiro que acompanha o assunto. O regime estava com um sério problema de legitimidade. E todas as mudanças no país — da queda do Xá Pahlevi, em 1979, à derrubada de Ahmadinejad — foram após protestos de rua.

Soleimani comandava os Quds, a força da elite dentro de uma força de elite que é a Guarda Revolucionária. Mas elas não são apenas um poder militar. Têm

poder econômico também. São donas de bancos, controlam empresa de comércio exterior, operam com câmbio. Tudo é complexo demais para se tomar decisões com base em ideologia ou alinhamento automático com os Estados Unidos no meio de uma escalada imprevisível. De novo, faltou cautela à política externa de Bolsonaro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/01/2019

Seção: Economia

Autor: DA BLOOMBERG NEWS

Título: Investidores minimizam breve alta do petróleo

Sem interrupção na produção, valorização da ‘commodity’ não deve se sustentar, afirmam analistas. Mesmo assim, mecanismos de proteção para contratos futuros registram procura maior

A valorização do petróleo registrada ontem, quando o barril chegou a superar os US\$ 70, não se sustentou ao longo do dia. Segundo analistas, os investidores perceberam que o fornecimento não foi abalado pela escalada da tensão no Oriente Médio depois do assassinato, pelos Estados Unidos, do general iraniano Qassem Soleimani.

Passados três dias do atentado, o petróleo continua a ser transportado pelo Estreito de Ormuz —que o Irã ameaçou fechar várias vezes.

— A corrida de preços está perdendo força porque, atualmente, não há barris fora do mercado —disse Rebecca Babin, operadora sênior da corretora CIBC Private Wealth Management.

Em uma nota a clientes, o banco Goldman Sachs afirmou que os preços podem até recuar nas próximas semanas se não houver uma interrupção no fluxo das exportações da commodity.

Ainda assim, permanecem os temores de que um conflito na região, que responde por cerca de um terço do petróleo mundial, possa afetar o fornecimento do produto. Em dezembro, Arábia Saudita, Irã e Iraque produziram, somados, mais de 16 milhões de barris.

RISCO EMBUTIDO NO PREÇO

Os preços não se aproximavam dos US\$ 70 desde o atentado a uma refinaria da Arábia Saudita — atribuída pelos EUA ao Irã—em setembro do ano passado, quando a produção global recuou cerca de 5%. Enquanto isso, o presidente Donald Trump reforçou as ameaças de retaliação caso o Irã faça “qualquer

coisa” e prometeu sanções pesadas contra o Iraque se as tropas americanas forem forçadas a deixar o país, que é o segundo maior produtor da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

As tensões políticas estão inflando um mercado que já havia sido afetado pelos cortes na produção por parte da Opep e seus aliados. No quarto trimestre, os contratos futuros do barril do petróleo tipo Brent mais que dobraram frente aos sete meses anteriores.

Os EUA já alertaram para o risco de ataques à Arábia Saudita, especialmente perto da fronteira com o Iêmen e em instalações petrolíferas. Trump também está deslocando mais tropas para o Oriente Médio.

Há outros sinais de que os investidores se preparam para novas turbulências no mercado petrolífero.

A volatilidade atingiu seu maior nível em um mês, e o custo de instrumentos derivativos para proteger contra salto nos preços aumentou. Foram negociados, para março e setembro, quatro milhões de barris em contratos de opções, que darão lucro se o barril do Brent atingir US\$ 95.

— O mercado petrolífero sempre parte do pressuposto de que o pior vai acontecer, então boa parte do risco já está embutido no preço — explicou Jaafar Altaie, diretor-gerente da consultoria Manaar Group. — A cotação do barril a US 70 já considera o pior cenário, e ela deve permanecer nesse patamar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/01/2019

Seção: Política

Autor: Renato Souza e Rodolfo Costa

Título: Brasil avalia compensar alta do petróleo

O governo avalia uma série de medidas emergenciais para conter a alta do petróleo em razão do cenário político internacional. A escalada de conflitos entre Estados Unidos e Irã fez com que o preço do barril tipo Brent tocasse os US\$ 70 (ao longo do dia, porém, foi caindo e fechou a R\$ 68,91). O temor do Executivo é que o valor chegue a US\$ 80, US\$ 90. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, se encontrou, ontem, com o presidente Jair Bolsonaro e com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para avaliar o cenário atual. Ele evitou falar em criação de subsídio para os combustíveis ou em aplicação de novos impostos, no entanto, admitiu que essas medidas estão sendo avaliadas.

Uma das possibilidades é a criação de um fundo com o objetivo de compensar a Petrobras — que poderia ser utilizado em casos de oscilações elevadas no preço do barril — no controle do preço dos combustíveis no mercado interno. Essa seria uma forma de evitar perdas à estatal, como as verificadas na gestão da então presidente Dilma Rousseff. À época, a petista obrigou a empresa a segurar os preços da gasolina e do diesel para conter a alta da inflação, gerando perdas de R\$ 70 bilhões à companhia.

Pelo que está em estudo, os recursos para compor o fundo de compensações viriam do aumento da arrecadação de impostos sobre o petróleo. Todas as vezes que os preços do óleo sobem, a Receita Federal arrecada mais. “Seria uma coisa pela outra”, diz um técnico da equipe econômica. “O que não pode é a Petrobras acumular perdas”, acrescenta. A intervenção de Dilma quase quebrou a petroleira. “Não vamos repetir esse filme”, ressalta o mesmo técnico. “Faremos tudo com muito equilíbrio.”

Não está definido ainda o valor do fundo e se haverá, também, recursos de royalties. “A decisão de criar esse fundo foi tomada nos últimos dias, ante o estouro da crise entre o Irã e os EUA. O presidente se assustou. Ele teme que a alta dos combustíveis afete ainda mais a sua credibilidade, além de atrapalhar a retomada da economia”, explica o técnico.

A palavra “subsídio” foi proibida no governo, para não gerar impactos na opinião pública. Mas Bento Albuquerque admitiu que é uma das alternativas avaliadas. “Tudo isso está sendo considerado. A palavra subsídio não é a palavra adequada. A compensação é a palavra adequada”, frisou. “O país bateu o recorde de produção de petróleo no fim do ano passado. Hoje, o Brasil é um exportador. O Brasil, como exportador, se o preço aumenta, é bom para o país. Mas, evidentemente, aumenta o preço do combustível. Temos de criar, talvez, uns mecanismos que compensem esse aumento sem alterar o equilíbrio econômico do país”, emendou o ministro, após se reunir com o chefe do Executivo.

Bento Albuquerque destacou que as medidas estão sendo avaliadas há dois meses, por conta dos ataques com drones que ocorreram contra refinarias na Arábia Saudita, prejudicando parcialmente a produção de petróleo no país árabe. Questionado se entre essas medidas estaria a criação ou a aplicação de novos impostos no setor, ele não descartou essa possibilidade, mas disse que é uma das que estão mais afastadas do radar do governo neste momento. “Não é só um mecanismo que está sendo avaliado. Não sei se será com imposto. Certamente, não iremos por esse caminho para não onerar mais ainda.”

Bolsonaro reiterou que não haverá interferência do governo na política de preços da Petrobras. “Não vai haver interferência estatal. Isso já está

descartado”, assegurou. Uma medida analisada, segundo ele, é uma redução no valor do ICMS cobrado pelos estados no preço do combustível. Isso, porém, depende de uma negociação com os governadores.

Monopólio

O governo, contudo, permanecerá empenhado em abrir o mercado e reduzir o monopólio que a Petrobras detém, na prática, sobre o refino e sobre o transporte. Bento Albuquerque afirmou que a estatal está se desfazendo de oito refinarias, o que representa 50% da capacidade de refino da empresa. A intenção é que a Petrobras seja responsável por 49% do refino e não defina mais o valor do produto.

De acordo com Bolsonaro, os ministros de Minas e Energia e da Economia vão tratar da venda de refinarias e do transporte e distribuição de gás. “Queremos privatizar, e vai por partes. Vi por alto a margem de lucro de cada situação dessas. É mais ou menos o seguinte: o combustível custa X na refinaria e, na bomba, para o povo, custa 3X. É um absurdo”, criticou.

Sem ampla concorrência, ele considera que tem “muita gente” ganhando dinheiro “sem risco nenhum”. “Agora, dado que são monopólios que vêm de décadas, nós não podemos quebrar contratos. Nós vamos quebrando devagar esses monopólios, usando a lei, abrindo realmente o que nós pudermos abrir. Essa é a intenção. Tem de haver concorrência, o máximo possível, para quebrar monopólio”, declarou.

“Temos de criar, talvez, uns mecanismos que compensem esse aumento sem alterar o equilíbrio econômico

do país”

Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/01/2019

Seção: Política

Autor: Rafaela Gonçalves

Título: Preços caem no DF

Apesar do temor generalizado do aumento no preço dos combustíveis, devido à crise entre Estados Unidos e Irã, o valor da gasolina caiu nos postos do DF em relação à semana passada. Alguns locais registraram queda de até R\$ 0,10 no preço do litro, segundo levantamento realizado pelo Correio do dia 3 até ontem. O valor mais em conta foi encontrado no posto Petrolino, no centro de

Taguatinga: R\$ 3,319, mas a média está em R\$ 4,399.

O presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares, atribui a baixa à sobra nos estoques. “Os estoques estão altos nas distribuidoras e na revenda. Como cidade está vazia por conta das férias, é necessário desovar. São contas a pagar e metas para cumprir, o mesmo aconteceu nesse período no ano passado”, contou. “Em fevereiro, tivemos um aumento repentino de R\$ 0,20, mesmo sem nenhuma variável nova no preço, é apenas a volta para o patamar normal depois das promoções feitas pelas distribuidoras e postos.”

Mesmo com os valores mais baixos, muitos consumidores ainda não estão satisfeitos. “É sempre muito caro. Às vezes, fica meio inviável. Eu costumo gastar, em média, R\$ 1.200 no mês”, disse o engenheiro eletricista John Rodrigues, de 28 anos. Questionado sobre maneiras de driblar os preços, ele brincou: “Só comprando um cavalo”.

Os donos de postos estão atentos a qualquer movimento da Petrobras sobre reajuste nos preços da gasolina, mas, enquanto o aumento não vem, além das promoções, o parcelamento do combustível no cartão de crédito vem sendo outra maneira de tentar atrair clientes.

Há postos dividindo o valor em duas e três parcelas no cartão, sem juros. Mas, boa parte dos consumidores não veem o parcelamento como uma boa alternativa. “Não vale a pena, é só mais uma maneira de acumular dívidas. Todo mês, a gente já sabe que tem de abastecer, então, é melhor pagar logo”, afirmou o operador de supermercado Ivandro Padre, de 43 anos.

O servidor público José Carlos Gonçalves, 52, conta que prefere buscar sempre as promoções à vista ou os descontos em aplicativo. “Todo lugar que eu passo, vou olhando o preço. O local que estiver melhor e eu notar uma vantagem, aproveito para abastecer. O preço está bom e bem mais estável.”

Segundo o economista Cesar Bergo, a Petrobras ainda está analisando se a situação no Oriente Médio é momentânea ou veio para ficar. “Do ponto de vista do mercado interno, não dá para esperar muito. Se o petróleo continuar subindo, a tendência é que o repasse seja feito logo nas bombas”, frisou.

*Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa

Bolsa abaixo dos 117 mil pontos

No terceiro pregão do ano, o Ibovespa fechou em baixa, cedendo a linha dos 117 mil pontos, após ter permanecido boa parte da sessão, especialmente à tarde, não tão distante de máximas históricas renovadas logo na primeira sessão de 2020, na sequência do rali de dezembro. Assim, o principal índice da B3 encerrou a sessão em queda de 0,70%, a 116.877 pontos. O giro financeiro foi elevado, totalizando R\$ 27,4 bilhões na sessão. Já o dólar fechou em alta de 0,15%, a R\$ 4,06.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/01/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Irã cobra explicações

O Ministério das Relações Exteriores informou, ontem, que a encarregada de Negócios do Brasil em Teerã, Maria Cristina Lopes, foi convocada pela chancelaria iraniana. Segundo o Itamaraty, o teor da conversa é reservado e não será divulgado. O embaixador do Brasil no Irã, Rodrigo Azeredo, está em férias.

Na semana passada, o principal general iraniano, Qasem Soleimani, foi morto em um ataque ordenado pelo governo dos Estados Unidos. Segundo o presidente dos EUA, Donald Trump, o ataque serviu para “parar” uma guerra, não iniciar uma.

Um dia depois do ataque, o Itamaraty divulgou uma nota na qual disse apoiar a “luta contra o flagelo do terrorismo”. Na nota, o governo brasileiro condenou um ataque à Embaixada dos Estados Unidos em Bagdá, cidade onde Soleimani foi morto, mas não condenou a morte do general iraniano.

“Informamos que a Encarregada de Negócios do Brasil em Teerã, assim como representantes de países que se manifestaram sobre os acontecimentos em Bagdá, foram convocados pela chancelaria iraniana. A conversa, cujo teor é reservado e não será comentado pelo Itamaraty, transcorreu com cordialidade, dentro da usual prática diplomática”, informou o Ministério das Relações Exteriores, ontem.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro chegou a dizer, antes de o Itamaraty divulgar a nota, que o Brasil não se manifestaria sobre o assunto por não ter “poderio bélico”.

O chefe do Executivo afirmou ainda que conversaria com autoridades americanas porque os dois países são aliados em muitas questões. “Eu não tenho o poderio bélico que o americano tem para opinar neste momento. Se tivesse, eu opinaria”, afirmou o presidente, na ocasião.

Ontem, Bolsonaro voltou a indicar que o Brasil mantém apoio a Trump e a elogiar a relação entre os dois países. “Não faço qualquer crítica contra Donald Trump”, declarou, em entrevista coletiva. “Não podemos coadunar com terrorismo no mundo.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/01/2019

Seção: Política

Autor: Bernardo Bittar

Título: Aneel suspende a análise de taxaço

A pressão do governo contra a taxaço da energia solar fez com que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendesse, a princípio, as análises da norma que previa cobrança para quem consome energias limpas. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, nas redes sociais, que não concorda com a tributação. Ele disse ter pedido à cúpula do Congresso para colocar um projeto de lei, em regime de urgência, na pauta do Legislativo. A ideia dele é proibir a taxaço.

“A Aneel é uma agência reguladora e independente, eu não tenho ingerência nenhuma sobre ela. Mas, no que depender de mim e dos ministros, não haverá taxaço”, frisou Bolsonaro. Também via redes sociais, ele anunciou ter entrado em contato com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para colocar o assunto na pauta do Congresso. “Caso encerrado”, complementou.

Oficialmente, a posição do governo é de “taxa zero” para usuários do sistema elétrico com energia solar ou mecanismos semelhantes. Rodrigo Maia endossou a declaração do Planalto, afirmando que o Congresso vai, sim, trabalhar para evitar a taxaço. O tema foi alvo de consulta pública até o fim de dezembro, quando a Aneel ainda estava analisando as contribuições dos usuários.

Embora a Aneel tenha aparentemente recuado sobre a mudança de taxaço, segundo uma fonte ouvida pelo Correio, o planejamento estratégico do órgão determina que uma nova norma seja definida até março deste ano. As críticas ao sistema de energia solar, considerado “verde” pelo baixo impacto ambiental, são motivados pelos subsídios pagos pelo governo a quem implantou painéis solares no Brasil de 2012 para c  . Estava previsto, no entanto, que os custos do benefício seriam revistos em 2019.

No Brasil, um dos poucos países em que há Sol o ano inteiro, os cerca de 200 mil usuários dessa modalidade de canaliza  o de energia — que têm renda superior a R\$ 15 mil — custam cerca de R\$ 1 bilhão ao sistema, de acordo com levantamento informal de técnicos da Aneel. A expectativa é que essa despesa suba para mais de R\$ 2 bilhões nos próximos anos, conforme o documento, endossado por informa  es do Ministério da Economia. O valor equivale ao gasto com benefícios aos 9 milhões de contemplados pelo programa Tarifa Social.

MME / ASCOM .